

SUMÁRIO

1. HISTÓRIA DO DIREITO DO TRABALHO	
1.1 História Geral do Direito do Trabalho	33
1.2 História do Direito do Trabalho no Brasil	37
2. CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	
2.1 Denominação	41
2.2 Conceito	42
2.3 Divisão da matéria para fins didáticos	42
3. AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO	
3.1 Autonomia do Direito do Trabalho	45
3.2 Relações do Direito do Trabalho com outros ramos do Direito	46
3.3 Direito do Trabalho no contexto dos direitos humanos fundamentais	48
3.4 Relações do Direito do Trabalho com outras ciências	52
3.5 Direito do Trabalho e meio ambiente do trabalho	53
3.6 Natureza jurídica do Direito do Trabalho	55
4. FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	
4.1 Fontes materiais e fontes formais	57
4.2 Classificação das fontes	57
4.3 Fontes formais do Direito do Trabalho	59
4.3.1 Constituição	59
4.3.2 Leis	60
4.3.3 Atos do Poder Executivo	61
4.3.4 Sentença normativa	62
4.3.5 Jurisprudência	62
4.3.6 Sentença arbitral	64
4.3.7 Convenções e acordos coletivos	66
4.3.8 Usos e costumes	66
4.3.9 Regulamento de empresa	67
4.3.10 Contrato de trabalho	68
4.3.11 Princípios jurídicos	68

5. INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA DAS NORMAS DE DIREITO DO TRABALHO

5.1	Interpretação do Direito do Trabalho	71
5.2	Integração do Direito do Trabalho	73
5.3	Eficácia das normas de Direito do Trabalho no tempo	75
5.3.1	Segurança jurídica, irretroatividade e direito adquirido	77
5.4	Eficácia das normas de Direito do Trabalho no espaço	86

6. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

6.1	Conceito e natureza jurídica dos princípios no Direito	89
6.2	Funções dos princípios de direito	90
6.3	Princípios de Direito do Trabalho	91
6.3.1	Princípio protetor	94
6.3.2	Princípio da irrenunciabilidade	98
6.3.3	Princípio da primazia da realidade	99
6.3.4	Princípio da continuidade da relação de emprego	100
6.3.5	Outros princípios aplicáveis ao Direito do Trabalho	102
6.4	Flexibilização e Direito do Trabalho	107
6.4.1	Flexibilização e desregulamentação	107
6.4.2	Limites da flexibilização no Direito do Trabalho	108
6.4.3	Hipóteses de flexibilização	111

7. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

7.1	Introdução	119
7.2	Ratificação de normas internacionais	119
7.3	Hierarquia da norma internacional no ordenamento jurídico nacional	122
7.4	Organização Internacional do Trabalho	126
7.4.1	Instituição	126
7.4.2	Composição	126
7.4.3	Convenções e Recomendações	126
7.4.4	Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho	128
7.5	Direito Comunitário	131

8. CONTRATO DE TRABALHO

8.1	Denominação	135
8.2	Natureza jurídica	136
8.3	Contrato de adesão, contrato individual de trabalho e contratação do empregado	137
8.3.1	Contrato de trabalho por equipe	142



8.4	Conceito	143
8.5	Requisitos	143
8.5.1	Pessoa natural	143
8.5.2	Pessoalidade	143
8.5.3	Não-eventualidade	143
8.5.4	Subordinação	144
8.5.5	Onerosidade	146
8.6	Características	146
8.7	Elementos do contrato de trabalho	146
8.7.1	Existência	147
8.7.2	Validade	147
8.7.2.1	Contrato de trabalho com o índio	152
8.7.3	Eficácia	155
8.7.4	Cláusula de não-concorrência	157
8.8	Nulidade no Direito do Trabalho: trabalho ilícito e trabalho proibido...	158
8.9	Direitos e deveres	161
8.9.1	Direitos intelectuais e invenções do empregado	162
8.9.2	Indenização por dano moral e material trabalhista	167
8.9.2.1	Dano estético	168
8.9.2.2	Assédio moral	169
8.9.2.3	Assédio sexual	170
8.9.2.4	Trabalho análogo à condição de escravo	172
8.9.2.5	Trabalho decente	176
8.9.2.6	Requisitos e critérios para a fixação da indenização por danos morais e materiais	178
8.9.2.7	Responsabilidade civil do empregador por ato de terceiro	180
8.9.2.8	Dano moral coletivo	182
8.10	Diferenças entre o contrato de trabalho e outras modalidades contratuais	187
8.11	Contrato a prazo determinado	189
8.11.1	Contratação	189
8.11.2	Hipóteses de cabimento	189
8.11.3	Prazos de duração e prorrogação	191
8.11.4	Suspensão no curso do contrato a prazo determinado ...	192
8.11.5	Nova contratação	194
8.11.6	Extinção antecipada	195
8.12	Contratos de trabalho a prazo determinado em leis específicas	197
8.12.1	Contrato de trabalhador rural por pequeno prazo: Lei 11.718/2008	198

8.12.2	Contrato de trabalho por obra certa	205
8.12.3	Contrato de trabalho por prazo determinado especial: Lei 9.601/1998	205
8.12.4	Contrato de trabalho do atleta profissional	207
8.12.5	Contrato de trabalho do artista	211
8.13	Trabalhador temporário: Lei 6.019/1974	213
9. EMPREGADO		
9.1	Conceito	219
9.2	Espécies de empregado	219
9.2.1	Empregado eleito diretor de sociedade	220
9.2.2	Empregado em domicílio	220
9.2.2.1	Teletrabalho	221
9.2.3	Empregado doméstico	223
9.2.4	Empregado rural	228
9.2.5	Empregado público	231
9.2.6	Empregado aprendiz	243
9.2.7	Mãe social	248
9.2.8	Aeronauta	250
9.2.9	Professor	258
10. MODALIDADES ESPECIAIS DE TRABALHADORES		
10.1	Trabalhador avulso	261
10.1.1	Trabalhador portuário: avulso e empregado	264
10.2	Estagiário	270
10.3	Trabalhador autônomo	279
10.4	Trabalhador eventual	281
10.5	Trabalhador voluntário	282
11. EMPREGADOR		
11.1	Conceito	285
11.1.1	Empresa	285
11.1.2	Empregador por equiparação	287
11.2	Grupo de empresas	288
11.3	Consórcio de empregadores	292
11.4	Sucessão Trabalhista	295
11.4.1	Sucessão trabalhista na Lei 11.101/2005	299
11.4.2	Despersonalização do empregador e teoria da desconsideração da personalidade jurídica	302
11.4.3	Cartórios notariais e de registro (extrajudiciais)	320
11.5	Poder de direção do empregador	323
11.5.1	Conceito	323

11.5.2	Fundamento	324
11.5.3	Conteúdo	325
11.5.4	Verificação de <i>e-mail</i> pelo empregador	327
11.5.5	Regulamento de empresa	329
11.5.6	Revistas pessoais	330
12. TERCEIRIZAÇÃO		
12.1	Considerações sobre a terceirização no Direito do Trabalho.....	333
12.2	Terceirização lícita e intermediação ilícita de mão-de-obra	334
12.3	Cooperativas de trabalho.....	348
13. REMUNERAÇÃO		
13.1	Conceito	351
13.1.1	Remuneração	351
13.1.2	Gorjeta	352
13.2	Parcelas salariais	353
13.2.1	Comissões e percentagens	353
13.2.2	Gratificações	354
13.2.3	Décimo terceiro salário	356
13.2.4	Quebra de caixa	359
13.2.5	Prêmios	360
13.2.6	Abonos	360
13.3	Adicionais ao salário	361
13.3.1	Adicional de horas extras	361
13.3.2	Adicional (pelo trabalho) noturno	363
13.3.3	Adicional de transferência	365
13.3.4	Adicional de periculosidade	365
13.3.5	Adicional de insalubridade	370
13.4	Parcelas sem natureza salarial	387
13.4.1	Abono do PIS	387
13.4.2	Ajuda de custo	388
13.4.3	Diárias de viagem	388
13.4.4	Participação nos lucros	389
13.5	Gueltas	390
13.6	<i>Stock option</i>	391
13.7	Salário-família	392
13.8	Salário-maternidade	393
13.9	Formas de fixação do salário	401
13.10	Salário-utilidade	403
13.10.1	Caracterização do salário-utilidade	403

13.10.2	Valor da utilidade	411
13.10.3	Salário-utilidade na relação de emprego doméstico	412
13.10.4	Utilidades sem natureza salarial	415
13.11	Tempo de pagamento do salário	417
13.11.1	Débitos salariais e mora contumaz	420
13.12	Local e forma de pagamento do salário	423
13.13	Garantia de proteção do salário	423
13.13.1	Garantias do salário perante o empregador	424
13.13.1.1	Irredutibilidade salarial	425
13.13.1.2	Intangibilidade salarial	430
13.13.1.3	A garantia do artigo 467 da CLT	433
13.13.2	Garantias do salário perante credores do empregado	443
13.13.3	Garantias do salário perante credores do empregador ...	446

14. EQUIPARAÇÃO SALARIAL

14.1	Introdução: aspectos constitucionais e do Direito Internacional	455
14.2	Requisitos da equiparação salarial	457
14.2.1	Identidade de funções	457
14.2.2	Identidade de empregador	461
14.2.3	Identidade de local de trabalho	462
14.2.4	Trabalho de igual valor	464
14.2.5	Ausência de quadro de carreira na forma dos §§ 3.º e 4.º do art. 461 da CLT	466
14.2.6	Simultaneidade na prestação dos serviços	467
14.2.7	Empregado readaptado e que não pode servir de paradigma	468
14.3	Equiparação salarial por função análoga	470
14.4	Equiparação salarial por equivalência	472
14.5	Salário do período de substituição não provisória	473
14.6	Equiparação salarial na terceirização	475
14.6.1	Equiparação salarial na intermediação de mão-de-obra.....	479

15. POLÍTICA SALARIAL

15.1	Introdução	483
15.2	Salário mínimo	483
15.3	Salário profissional e piso da categoria	487
15.4	Política salarial em vigor	489

16. ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

16.1	Introdução	497
16.2	Requisitos para a validade da modificação de condições de trabalho	497

16.3	<i>Jus variandi</i>	500
16.4	Transferência do empregado	503
16.4.1	Conceito de transferência para fins trabalhistas	503
16.4.2	Regra quanto à transferência	504
16.4.3	Transferências permitidas	504
16.4.4	Despesas com a transferência	508
16.4.5	Transferência ao exterior	508

17. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

17.1	Introdução	515
17.2	Distinção e conceito	516
17.3	Hipóteses	516
17.3.1	Aborto	517
17.3.2	Acidente do trabalho	518
17.3.3	Auxílio-doença	526
17.3.4	Aposentadoria por invalidez	528
17.3.5	Aviso prévio	529
17.3.6	Eleição para cargo de diretor da sociedade	529
17.3.7	Encargo público	530
17.3.8	Faltas justificadas	531
17.3.9	Férias	542
17.3.10	Greve	542
17.3.11	Inquérito judicial para apuração de falta grave	543
17.3.12	Intervalo para descanso e refeição	548
17.3.13	Intervalo dos serviços de mecanografia e digitação	549
17.3.14	Intervalo do trabalho em minas de subsolo	549
17.3.15	Intervalo em câmaras frias	550
17.3.16	Intervalo interjornada	550
17.3.17	Licença-maternidade	551
17.3.18	<i>Lockout</i>	561
17.3.19	Prisão e detenção do empregado	562
17.3.20	Prontidão e sobreaviso	562
17.3.21	Repouso semanal remunerado e feriados	564
17.3.22	Representação sindical	564
17.3.23	Segurança nacional	565
17.3.24	Suspensão disciplinar	566
17.3.25	Suspensão por violência doméstica e familiar à mulher	566
17.4	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional	567
17.4.1	Contexto jurídico-social	567
17.4.2	Requisitos	569
17.4.3	Duração	570

17.4.4	Limitações	570
17.4.5	Ajuda compensatória mensal	571
17.4.6	Bolsa de qualificação profissional	572
17.4.7	Dispensa do empregado	573
17.5	Suspensão do contrato de trabalho e dispensa do empregado ...	574

18. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

18.1	Terminologia	579
18.1.1	Classificação	579
18.2	Conceito	581
18.3	Direito Internacional	581
18.4	Convenção 158 da OIT	581
18.4.1	Ratificação e denúncia da Convenção 158 da OIT	581
18.4.2	Análise das disposições da Convenção 158 da OIT	591
18.4.2.1	Âmbito de incidência	591
18.4.2.2	Justificação do término da relação de emprego 591	
18.4.2.3	Procedimentos prévios por ocasião do término da relação de emprego	593
18.4.2.4	Aviso prévio para o término da relação de em- prego	594
18.4.2.5	Indenização pelo término da relação de empre- go	594
18.4.2.6	Dispensa coletiva	595
18.5	Modalidades de dispensa	597
18.6	Classificação das modalidades de cessação do contrato de trabalho ..	598
18.6.1	Dispensa sem justa causa	599
18.6.1.1	Motivação da dispensa do empregado público ..	600
18.6.2	Dispensa com justa causa	603
18.6.2.1	Terminologia	603
18.6.2.2	Conceito	605
18.6.2.3	Sistemas	605
18.6.2.4	Sistema taxativo da legislação brasileira	605
18.6.2.5	Tipificação da justa causa pelo empregador	609
18.6.2.6	Elementos da justa causa do empregado	609
18.6.2.7	Forma de comunicação da dispensa	612
18.6.2.8	Hipóteses de justa causa	613
18.6.3	Culpa recíproca	626
18.6.4	Demissão	627
18.6.4.1	Terminologia	627

18.6.4.2	Conceito	628
18.6.5	Despedida indireta	628
18.6.5.1	Terminologia	628
18.6.5.2	Conceito	629
18.6.5.3	Elementos da justa causa do empregador	629
18.6.5.4	Hipóteses de justa causa do empregador	631
18.6.5.5	Dispensa indireta e possibilidade de permanência no serviço	638
18.6.6	Cessação do contrato por falecimento do empregado	640
18.6.7	Cessação do contrato por falecimento do empregador pessoa física	641
18.6.8	Extinção da empresa pelo falecimento do empregador	642
18.6.9	Cessação do contrato de trabalho por consentimento das partes	643
18.6.9.1	Planos de demissão incentivada	643
18.6.10	Cessação do contrato de trabalho por forçá maior	650
18.6.11	Cessação do contrato de trabalho por <i>factum principis</i> ...	654
18.6.12	Cessação do contrato de trabalho por tempo determinado .	657

19. AVISO PRÉVIO

19.1	Introdução	659
19.2	Conceito	659
19.3	Fundamento constitucional e legal	660
19.4	Natureza jurídica	660
19.5	Prazo e forma do aviso prévio	661
19.6	Finalidade	662
19.7	Cabimento do aviso prévio	662
19.8	Conseq�ncias da ausência de concessão do aviso prévio	663
19.9	Aviso prévio e trabalho no período	666
19.10	Justa causa durante o aviso prévio	669
19.11	Reconsideração do aviso prévio concedido	671

20. ESTABILIDADE

20.1	Introdução	673
20.2	Denominação	674
20.3	Conceito	675
20.4	Fontes formais do direito de estabilidade	675
20.5	Estabilidade por tempo de serviç�o	676
20.6	Garantias de emprego	679
20.6.1	Dirigente sindical	680

20.6.2	Representante da CIPA	687
20.6.3	Empregada gestante	690
20.6.4	Empregado acidentado	695
20.6.5	Empregado eleito diretor de cooperativa	700
20.6.6	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia	701
20.6.7	Membro do Conselho Curador do FGTS	702
20.6.8	Membro do Conselho Nacional de Previdência Social	703
20.6.9	Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência	703
20.6.10	Período eleitoral	706
20.6.11	Estabilidade de servidores públicos regidos pela CLT	708
20.6.12	Estabilidade do art. 19 do ADCT	715

21. INDENIZAÇÃO

21.1	Introdução	719
21.2	Conceito	720
21.3	Natureza jurídica	720
21.4	Evolução do sistema de despedida no Brasil	722
21.4.1	Sistema da Constituição Federal de 1988	722
21.5	Indenização por tempo de serviço	724
21.5.1	Aposentadoria e contrato de trabalho	731
21.6	Indenização nos contratos a prazo determinado	738
21.7	Indenização compensatória de 40% do FGTS	740
21.8	Indenização adicional	741

22. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

22.1	Introdução e aspectos históricos	745
22.2	Conceito	750
22.3	Natureza jurídica	751
22.4	Administração	753
22.5	Sujeitos da obrigação de depositar o FGTS	757
22.5.1	FGTS e relação de emprego doméstico	758
22.6	Depósitos do FGTS	760
22.7	Prazo para depósito do FGTS	766
22.8	Fiscalização do FGTS	766
22.9	Cobrança do FGTS e aspectos processuais	768
22.10	Saque do FGTS	772
22.11	Prescrição do FGTS	775
22.12	Diferença de Indenização compensatória de 40% do FGTS decorrente de complemento de atualização monetária na conta vinculada por expurgos inflacionários de planos econômicos	778



23. IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

23.1	Introdução	787
23.2	Carteira de Trabalho e Previdência Social	788
23.2.1	Denominação	788
23.2.2	Destinação	788
23.2.3	Conceito	788
23.2.4	Destinatários	788
23.2.5	Conteúdo	789
23.2.6	Emissão	789
23.2.7	Anotações	790
23.2.8	Valor das anotações	792
23.2.9	Reclamação por falta ou recusa de anotação	793
23.2.10	Prescrição	795
23.3	Registro de empregado	796

24. JORNADA DE TRABALHO

24.1	Introdução e aspectos históricos	797
24.2	Direito internacional	798
24.3	Evolução da jornada de trabalho no Brasil	799
24.4	Denominação	800
24.5	Conceito	800
24.6	Natureza jurídica	801
24.7	Classificação	802
24.8	Fundamentos para a limitação da jornada de trabalho	803
24.9	Duração normal da jornada de trabalho	804
24.10	Horas <i>in itinere</i>	804
24.11	Variação de horário no registro de ponto	809
24.12	Trabalho em regime de tempo parcial	813
24.13	Trabalho em regime de escala de revezamento	815
24.14	Empregados excluídos do regime de duração do trabalho	822
24.14.1	Empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário	823
24.14.2	Empregados gerentes	824
24.15	Jornada de trabalho especial do empregado bancário	827
24.15.1	Jornada de trabalho especial do advogado empregado	831
24.16	Prorrogação da jornada de trabalho	833
24.16.1	Acordo de prorrogação da jornada de trabalho	834
24.16.2	Prorrogação de jornada decorrente de necessidade imperiosa	836
24.16.3	Prorrogação para recuperação de tempo de não-realização do trabalho	838



24.16.4	Cálculo das horas extras	839
24.17	Compensação da jornada de trabalho	842
24.18	Trabalho noturno	848
24.18.1	Horário noturno	848
24.18.2	Adicional noturno	849
24.18.3	Hora noturna reduzida	849
24.18.4	Prorrogação do trabalho noturno	850
24.18.5	Horários mistos	850
24.18.6	Mudança para o turno diurno	851
24.18.7	Disposições especiais	851

25. INTERVALOS PARA DESCANSO

25.1	Introdução	853
25.2	Denominação	853
25.3	Conceito e natureza jurídica	854
25.4	Intervalo intrajornada	855
25.4.1	Intervalo para descanso e refeição	855
25.4.2	Serviço de mecanografia e digitação	864
25.4.3	Serviços em frigorífico e câmara fria	869
25.4.4	Serviços em minas e subsolo	870
25.4.5	Intervalo para amamentação	870
25.5	Intervalo interjornada	871

26. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS

26.1	Introdução	875
26.2	Direito Internacional	876
26.3	Evolução da matéria no Brasil	877
26.4	Denominação	878
26.5	Conceito	878
26.6	Natureza jurídica	879
26.7	Descanso semanal remunerado e trabalho aos domingos	879
26.7.1	Remuneração do descanso semanal	886
26.8	Descanso remunerado e trabalho em feriados	888
26.8.1	Remuneração dos feriados	897
26.9	Descanso semanal remunerado e feriados na relação de emprego doméstico	897
26.10	Remuneração do descanso semanal e do feriado de empregado que não trabalha em regime de jornada integral ou que trabalha apenas alguns dias na semana	898

27. FÉRIAS

27.1	Introdução	903
27.2	Direito Internacional	904

27.3	Evolução da matéria no Brasil	904
27.4	Conceito	905
27.5	Natureza jurídica	905
27.6	Classificação das férias	906
27.7	Período aquisitivo	908
27.7.1	Duração das férias	908
27.7.2	Perda do direito às férias	912
27.8	Período concessivo	913
27.8.1	Fracionamento das férias	914
27.8.2	Feriados no curso das férias	920
27.9	Comunicação das férias	922
27.10	Remuneração das férias	922
27.11	Abono pecuniário de férias	924
27.12	Férias concedidas após o período concessivo	926
27.13	Cessação do contrato de trabalho e efeitos quanto às férias	928
27.14	Prescrição da pretensão quanto às férias	935
27.15	Férias do empregado doméstico	936
27.16	Férias do professor	938
27.17	Férias do marítimo	938

28. TRABALHO DA MULHER

28.1	Introdução e aspectos históricos	941
28.2	Direito Internacional	942
28.3	Evolu�o da matéria no Brasil	943
28.4	Fundamento das normas de prote�o do trabalho da mulher	946
28.5	Condi�es de trabalho da mulher	947
28.6	Normas de prote�o do trabalho da mulher que ainda persistem na CLT	949
28.6.1	Dura�o, condi�es do trabalho e discrimina�o contra a mulher	949
28.6.2	Trabalho noturno da mulher	953
28.6.3	Períodos de descanso no trabalho da mulher	953
28.6.4	Métodos e locais de trabalho da mulher	955
28.7	Prote�o � maternidade	958
28.7.1	Licença-gestante e s�rio-maternidade	959
28.7.2	Licença-maternidade da mãe adotiva	961
28.7.3	Prorroga�o da licença-maternidade	963
28.7.4	Garantia de emprego da empregada gestante	969

29. TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

29.1	Introdu�o e aspectos históricos	975
------	---------------------------------------	-----

29.2	Direito Internacional	976
29.3	Evolução da matéria no Brasil	978
29.4	Denominação	980
29.5	Conceito	980
29.6	Fundamento das normas de proteção ao trabalho da criança e do adolescente	981
29.6.1	Conselhos tutelares	982
29.6.2	Conselhos de direitos da criança e do adolescente	984
29.7	Trabalho proibido ao menor	987
29.7.1	Idade	987
29.7.2	Trabalho noturno	988
29.7.3	Trabalho perigoso e insalubre	988
29.7.4	Serviços prejudiciais	989
29.7.5	Deveres e responsabilidade em relação ao menor	990
29.7.6	Duração do trabalho do menor	992
29.8	Trabalho educativo	993
30. NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO		
30.1	Introdução e aspectos históricos	995
30.2	Direito Internacional	996
30.3	Disposições sobre a nacionalização do trabalho na CLT e sua vigência	996
30.4	Formalização do contrato de trabalho com o empregado estrangeiro	1001
31. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO		
31.1	Introdução e aspectos históricos	1003
31.2	Direito Internacional	1004
31.3	Denominação	1006
31.4	Conceito	1006
31.5	Segurança e medicina do trabalho inserida no meio ambiente do trabalho	1006
31.6	Disposições gerais	1008
31.6.1	Deveres da empresa	1008
31.6.2	Deveres do empregado	1008
31.6.3	Competência da DRT	1008
31.7	Inspeção prévia e interdição de estabelecimento	1009
31.8	Órgãos de segurança e de medicina do trabalho nas empresas	1010
31.8.1	Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT)	1010
31.8.2	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	1013

31.9	Equipamento de proteção individual	1015
31.10	Medidas preventivas de medicina do trabalho (PPRA, PCMSO E ASO)	1017
31.11	Edificações	1022
31.12	Iluminação	1022
31.13	Conforto térmico	1023
31.14	Instalações elétricas	1023
31.15	Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais	1024
31.16	Máquinas e equipamentos	1025
31.17	Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão	1026
31.18	Prevenção da fadiga	1027
31.19	Indústria de construção	1028
31.20	Trabalho a céu aberto	1028
31.21	Trabalhos em minas e subsolos	1029
31.22	Proteção contra incêndio	1030
31.23	Condições sanitárias	1031
31.24	Resíduos industriais	1032
31.25	Sinalização de segurança	1032
31.26	Asbesto (amianto)	1032
31.27	Insalubridade	1034
31.28	Periculosidade	1036
31.29	Normas comuns à insalubridade e à periculosidade	1040
31.30	Meio ambiente de trabalho rural	1042
31.31	Explosivos	1044
31.32	Líquidos combustíveis e inflamáveis	1045
31.33	Registro profissional do técnico de segurança do trabalho	1045
31.34	Fiscalização e penalidades	1045
31.35	Segurança e saúde no trabalho portuário	1045
31.36	Segurança e saúde no trabalho aquaviário	1047
31.37	Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	1050
31.38	Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	1050

32. FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO

32.1	Introdução	1053
32.2	Direito Internacional	1054
32.3	Natureza jurídica	1055
32.3.1	Fiscalização do trabalho e jurisdição	1056
32.4	Carreira e atribuições	1060

32.5	Identificação do auditor-fiscal do trabalho	1061
32.6	Poderes do auditor-fiscal do trabalho	1062
32.6.1	Acompanhamento da inspeção do trabalho pelos representantes dos trabalhadores	1063
32.7	Dupla visita	1064
32.8	Autuação	1064
32.9	Processo administrativo e multa na fiscalização do trabalho.....	1066
32.10	Recurso administrativo contra a imposição de multa	1066
32.11	Fiscalização do trabalho e mão-de-obra migrante	1069
33. ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		
33.1	Introdução	1073
33.2	Denominação	1075
33.3	Natureza jurídica	1075
33.4	Necessidade de assistência na rescisão contratual	1076
33.5	Entes que prestam a assistência na rescisão contratual	1077
33.6	Efeito	1078
33.7	Prazos	1080
33.8	Conseqüências pelo descumprimento dos prazos	1081
33.9	Diferença entre pagamento (quitação) e transação	1083
33.9.1	Diferença entre assistência na rescisão contratual e Comissão de Conciliação Prévia	1085
34. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO		
34.1	Conceito	1097
34.2	Fundamento e natureza jurídica	1098
34.3	Distinção entre decadência e prescrição	1099
34.3.1	Prescrição reconhecida de ofício	1102
34.4	Prescrição no direito do trabalho	1111
34.5	Prescrição na relação jurídica de emprego	1114
34.5.1	Prescrição total no Direito do Trabalho	1115
34.5.2	Prescrição quinquenal parcial e total	1116
34.5.3	Prescrição relativa à complementação de aposentadoria	1123
34.6	Emenda Constitucional 28/2000 e prescrição do trabalhador rural ...	1132
34.7	Prescrição da indenização por danos morais e materiais e decorrentes de acidente do trabalho	1136
35. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO		
35.1	Denominação	1149

35.2	Natureza jurídica	1150
35.3	Conceito	1150
35.4	Princípios	1151
35.4.1	Liberdade sindical	1151
35.4.2	Autonomia coletiva dos particulares	1151
35.4.3	Adequação setorial negociada	1152
35.5	Aspectos históricos e do direito internacional	1152
35.6	Aspectos históricos no Brasil	1155
35.7	Organização sindical na Constituição Federal de 1988	1161
35.8	Liberdade sindical	1162
35.8.1	Liberdade de associação sindical ou de filiação	1163
35.8.2	Liberdade de fundação sindical	1164
35.8.3	Liberdade de organização sindical	1165
35.8.4	Liberdade de administração sindical	1167
35.8.5	Liberdade de atuação sindical	1167
35.9	Limitações ao princípio da liberdade sindical	1168
35.9.1	Unicidade sindical	1168
35.9.2	Base territorial não inferior à área de um município	1170
35.9.3	Sistema sindical organizado em categorias	1170
35.9.4	Contribuição sindical obrigatória	1176
35.9.4.1	Valor da contribuição sindical	1176
35.9.4.2	Data de desconto e de recolhimento da contribuição sindical	1180
35.9.4.3	Forma de recolhimento da contribuição sindical	1181
35.9.4.4	Distribuição do valor da contribuição sindical ..	1182
35.9.4.5	Aplicação do valor da contribuição sindical	1189
35.9.4.6	Penalidades decorrentes do não-recolhimento da contribuição sindical	1190
35.9.4.7	Fiscalização do recolhimento da contribuição sindical	1191
35.9.4.8	Cobrança da contribuição sindical	1192
35.9.4.9	Contribuição sindical rural	1196
35.9.5	Cláusulas que limitam a liberdade sindical	1200
35.9.6	Condutas anti-sindicais	1201
35.10	Sindicato	1202
35.10.1	Conceito	1202
35.10.2	Natureza jurídica	1203
35.10.3	Personalidade jurídica	1203

35.10.4	Dissolução	1204
35.10.5	Classificação	1204
35.10.6	Enquadramento sindical	1204
35.10.7	Órgãos do sindicato	1204
35.10.8	Eleições sindicais	1205
35.11	Entidades sindicais de grau superior	1207
35.11.1	Federações	1207
35.11.2	Confederações	1207
35.11.3	Administração	1208
35.12	Centrais sindicais	1209
35.13	Funções do sindicato	1216
35.14	Receitas do sindicato	1218
35.14.1	Contribuição sindical	1218
35.14.2	Contribuição confederativa	1219
35.14.3	Contribuição assistencial	1219
35.14.4	Mensalidade sindical	1220
35.15	Sindicato e defesa dos interesses individuais e coletivos da categoria	1221

36. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO

36.1	Introdução	1231
36.2	Classificação	1232
36.3	Formas de solução	1233
36.3.1	Autodefesa	1233
36.3.2	Autocomposição	1233
36.3.3	Heterocomposição	1234
36.4	Negociação coletiva	1240
36.5	Contratação coletiva de trabalho	1241
36.5.1	Convenção coletiva de trabalho	1242
36.5.2	Acordo coletivo de trabalho	1244
36.5.3	Natureza jurídica	1246
36.5.4	Cláusulas	1248
36.5.5	Condições de validade e entrada em vigor	1249
36.5.6	Relação entre contrato individual de trabalho e instrumento normativo	1253
36.5.7	Conteúdo das cláusulas	1255
36.5.8	Incorporação ao contrato individual de trabalho	1256
36.5.9	Negociação coletiva na Administração Pública	1261

37. REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA

37.1	Introdução	1265
------	------------------	------

37.2	Previsão constitucional	1267
37.3	Participação na gestão da empresa	1268
38. GREVE		
38.1	Introdução e evolução histórica	1271
38.2	Natureza jurídica	1273
38.3	Conceito	1274
38.4	Classificação	1274
38.5	Limites ao poder de greve	1275
38.6	Legitimidade	1277
38.7	Procedimento	1280
38.8	Direitos e deveres	1282
38.9	Abuso do direito de greve	1283
38.10	Efeitos sobre o contrato de trabalho.....	1284
38.11	Instauração de dissídio coletivo.....	1284
38.12	<i>Lockout</i>	1290
BIBLIOGRAFIA		1291
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1309